

Encerramento do Comité Director em Mozambique
Projecto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das
Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade
Civil para o Controlo das Finanças Públicas (Pro PALOP-TL)
Tribunal Administrativo – 2 de Abril 2015

Exmo Senhor Secretário Geral do Tribunal Administrativo,
Exmo Senhor Secretário Geral da Assembleia da República,
Exma Sra Directora do Gabinete do Ordenador Nacional,
Exmo Senhor Director de Pais das Nações Unidas,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Consideramos este momento de convivência com as Instituições de Soberania moçambicanas, que nos honram com a sua participação no projecto PALOP-Timor-Leste, uma oportunidade única e valiosa de cooperação.

Este projecto faz parte de um programa alargado de Cooperação entre os países PALOP e Timor-Leste e a União Europeia, visando promover a boa governação entre estes países.

A União Europeia considera estratégica a sua parceria com o Tribunal Administrativo, a Assembleia da República e a Inspeção Geral de Finanças, que tem como objectivo o fortalecimento dos mecanismos de verificação e interdependência entre as instituições do Estado, e a transparência perante os cidadãos.

O apoio directo providenciado pela EU ao Orçamento do Estado visa aprimorar os princípios de boa governação e a sua sustentabilidade, o que requer instituições de controlo rigorosas, mecanismos de seguimento das suas recomendações bem estabelecidos, e uma comunicação aberta com a Sociedade Civil.

Esta cooperação tem como objectivo principal reforçar as Entidades Fiscalizadoras Superiores e permitir o desenvolvimento de um sistema de Gestão das Finanças Públicas que promova a transparência, e a responsabilização, assegurando o controlo efectivo e a auditoria das contas públicas, e das acções governamentais.

A particularidade desta parceria é a sua dimensão não só nacional, através do apoio com projectos com ênfase nacional, mas também regional e internacional, através dos projectos Pro-PALOP-TL, promovendo a cooperação Sul-Sul.

A primeira contribuição importante deste apoio às Instituições Superiores de Controlo consiste em juntar quatro actores chave - o Tribunal Administrativo, a Assembleia da República, a Inspeção Geral de Finanças e as Organizações da Sociedade Civil - para planificar e reflectir, sobre acções relacionadas com a transparência orçamental em Moçambique. A segunda contribuição essencial consiste na oportunidade que cada um dos actores envolvidos tem, para aprender as melhores práticas dos seus pares noutros países, através da facilitação de acesso a redes internacionais, trocas de experiências e sessões de capacitação.

No caso de Moçambique, não restam dúvidas de que o país já registou nos últimos anos progressos consideráveis em termos de reformas, de fortalecimento dos sistemas e instituições de Gestão de Finanças Públicas, e de controlo externo, de acordo com vários índices internacionais.

Neste contexto, queria congratular os esforços empenhados pelo Tribunal Administrativo relativo à publicação das versões simplificadas do relatório "PARECER sobre a Conta Geral do Estado", que providencia uma base para um seguimento mais efectivo das recomendações emitidas pelo órgão de controlo.

Gostaria ainda de realçar um progresso importante que foi realizado no ano passado na agenda da transparência,

nomeadamente com a adopção da Lei 14/2014 que estipula que o Tribunal Administrativo irá publicar todas os acórdãos dos julgamentos sobre as auditorias. A implementação efectiva desta Lei irá certamente elevar o desempenho do País nos diversos índices internacionais sobre a Transparência. Sendo assim o País pode posteriormente partilhar esta boa prática com os demais Países do grupo PALOP.

Em 2013, a União Europeia assumiu compromissos de cooperação e parceria com as prestigiosas instituições da Assembleia da República e do Tribunal Administrativo, para o fortalecimento das capacidades institucionais das mesmas.

No caso deste projecto, o seu valor acrescentado é, numa perspectiva "macro", uma actuação "transversal" ao nível do controlo externo, com troca de experiências e boas práticas entre o grupo dos países PALOP e Timor-Leste. Este projecto, vem complementar as acções de capacitação, e consolidar os instrumentos e abordagens aplicados em cada uma das áreas, através da cooperação Sul-Sul.

Em 2015, no caso do Tribunal Administrativo, serão promovidas trocas de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas, e o reforço da relação entre Tribunais de Contas, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil sobre a fiscalização da despesa pública. Tudo isso, sem esquecer a participação do Brasil, e a formação de formadores no quadro da avaliação do desempenho com ofertamento SAI PMF em Junho de 2015 em Maputo, prevendo-se a criação dum grupo de língua portuguesa pela primeira vez.

A nova Assembleia da República será reforçada para assegurar uma fiscalização mais eficaz das despesas e contas públicas, por um lado com um apoio técnico especializado para reforçar a capacidade da Comissão do Plano e Orçamento e do Gabinete Técnico em particular e, que de forma mais geral servirá as Comissões Especializadas. Por outro lado, em parceria com

programas nacionais da União Europeia, já em Abril próximo o projecto vai realizar uma formação e capacitação de cerca de 40 deputados e técnicos parlamentares no Plano Económico e Social e na Proposta de Orçamento do Executivo. Ainda em 2015, em Junho, a Assembleia da República será apoiada para organizar uma grande conferência de âmbito regional que vai explorar oportunidades de sinergias e analisar os papéis dos Parlamentos e da Sociedade Civil no domínio da fiscalização legislativa e do escrutínio público do processo orçamental. Por fim, o projecto vai reforçar o Gabinete das Mulheres para levar a cabo acções de fiscalização das despesas e políticas públicas com impacto nas metas e desafios de equidade de género.

Este projecto, implementado pelo PNUD, que é um parceiro de longa data, vem contribuir para o reforço de estruturas de diálogo e de cooperação, entre Parlamentos e Tribunais de Contas, entre os países ACP de língua oficial portuguesa.

Pensamos que a revisão do plano de trabalho 2015, fruto das consultas e sessões de trabalho construtivas e produtivas das últimas duas semanas, fornece as bases do sucesso deste importante projecto.

Não posso terminar sem realçar que, um factor determinante para o sucesso da implementação deste projecto, será o grau de coordenação e as sinergias a desenvolver entre os projectos bilaterais em curso, financiados quer pelo PNUD e pela União Europeia, quer por todos os outros parceiros de cooperação.

Faço votos para que a cooperação PALOP-Timor-Leste em Moçambique fortaleça os laços de cooperação entre a União Europeia e o Estado Moçambicano, assim como a nossa parceira com as Nações Unidas e igualmente as trocas de experiências Sul-Sul.

Muito obrigado pela vossa atenção.